



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**MARIA ROSÁLIA ROCHA COSME**

**A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: REFLEXÕES A PARTIR DO PROGRAMA BRASIL  
ALFABETIZADO**

**GUARABIRA-PB  
2015**

**MARIA ROSÁLIA ROCHA COSME**

**A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: REFLEXÕES A PARTIR DO PROGRAMA BRASIL  
ALFABETIZADO**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Verônica Pessoa da Silva

GUARABIRA-PB  
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C453f Cosme, Maria Rosália Rocha  
A Formação dos educadores da educação de jovens e adultos  
[manuscrito] : reflexões a partir do Programa Brasil Alfabetizado /  
Maria Rosalia Rocha Cosme. - 2015.  
**30 p.**

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Profª Drª Verônica Pessoa da Silva,  
Departamento de Educação".

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Formação Docente. 3.  
Programa Brasil Alfabetizado. I. Título.

21. ed. CDD 374

**MARIA ROSÁLIA ROCHA COSME**

**A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: REFLEXÕES A PARTIR DO PROGRAMA BRASIL  
ALFABETIZADO**

Data da Defesa 01 de dezembro de 2015

Artigo apresentado para fins de  
conclusão do Curso de Licenciatura  
Plena em Pedagogia pela Universidade  
Estadual da Paraíba, sob a Orientação  
da Dr<sup>a</sup> Verônica Pessoa da Silva

**BANCA EXAMINADORA**

*Verônica Pessoa da Silva*

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Verônica Pessoa da Silva (UEPB)  
(Orientadora)

*Maria Valdenice Resende Soares*

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Maria Valdenice Resende Soares (UEPB)  
(Examinadora)

*Mônica de Fátima Guedes de Oliveira*

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira (UEPB)  
(Examinadora)

**GUARABIRA  
2015**

*Ao Deus da vida, Jeová, e aos meus pais, meus filhos, irmãos, amigos e a minha orientadora Verônica Pessoa, DEDICO.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente, ao meu grandioso e poderoso Deus, Jeová, que me deu a vida, saúde e sabedoria para vencer essa etapa da minha vida.

A minha querida mãe, Maria do Carmo Luciana Rocha, que sempre me mostrou como viver a vida, através de seus princípios, de forma sábia e amorosa.

A meu querido pai, João Rocha Cosme (*In Memoriam*) homem guerreiro que buscou sempre estar com seus filhos.

A minha família, através dos meus filhos Whatissana Gesika Rocha de Siqueira, Caio César Rocha do Nascimento, Carlos Eduardo Rocha do Nascimento, à minha neta Paola Letícia Rocha de Siqueira e ao meu genro Vicente Luiz Ferreira de Siqueira.

A os meus queridos irmãos que, mesmo distantes, sempre torceram por mim.

A minha querida orientadora Verônica Pessoa da Silva, em que durante essa pesquisa me ofereceu todas as condições necessárias para a realização deste trabalho.

A minha querida amiga Maria Aparecida Mousinho que esteve ao meu lado em todos os momentos dos nossos estudos.

A minha querida Roberta Barbosa, amiga sempre pronta para me ajudar quando precisava.

As amigas queridas Annakalina Moura e Mirian Rafaela, pela caminhada que nós fez permanecer, sempre juntas, no processo da nossa formação.

As minhas queridas amigas da turma de pedagogia 2011.2: Tamiris da Silva, Erica Naara, Emanuela Vanessa Santos, Vânia Floro e Alânia Medeiros, que compartilharam e participaram do meu processo de formação, me auxiliando na superação de minhas dificuldades.

Há uma demanda constante por cursos de formação continuada para professores atuantes nas redes de ensino. Essa demanda nos remete à discussão sobre a formação de educadores de EJA, uma vez que, na grande maioria, eles só começam a ter contato com a teoria, e ideias relacionadas a essa modalidade depois de já estarem atuando em sala de aula (SOARES, 2008, p.65).

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO.....</b>	<b>09</b>
<b>2.1 Traços Históricos da Educação de Jovens e Adultos.....</b>	<b>09</b>
<b>2.2 O Programa Brasil Alfabetização: surgimento e contexto.....</b>	<b>15</b>
<b>3. A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA EJA OFERECIDA PELO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 Conceitos de Formação do Programa.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2 Encontros de Formação dos Educadores.....</b>	<b>21</b>
<b>3.3 A Prática de Sala de Aula.....</b>	<b>24</b>
<b>3.4 Distância entre o pensado e o ocorrido da realidade do Programa.....</b>	<b>26</b>
<b>REFLEXÕES CONCLUSIVAS.....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>

## **A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES A PARTIR DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

COSME, MARIA ROSÁLIA ROCHA

### **RESUMO**

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a formação do educador realizada no contexto do Programa Brasil Alfabetizado. Tem como objetivo principal refletir sobre os processos de formação inicial e continuada, ocorridos no referido Programa, na intenção de perceber a contribuição desta base formativa para os educadores que atuam ou irão atuar na alfabetização e escolarização dos jovens e adultos. O estudo, de natureza bibliográfica, situou-se no universo do Programa Brasil Alfabetizado, na cidade de Guarabira, no período de 2013 à 2014, e, através dele, lançamos um olhar a importância destas formações para a prática educativa dos alfabetizadores. Tomamos como base as leituras teóricas e metodológicas sobre a EJA e sobre o Programa Brasil Alfabetizado, através de autores como: SANTOS (2012), FURTADO (2008), CRUZ (2014), MACHADO (2008), PRADA (1995), LIBANEO (2001), ALBUQUERQUE (2004), VASCONCELLOS (2008), MELO (2010), SAUL (2012) e OLIVEIRA (2011), entre outros, que ofereceram suporte para essa pesquisa. Os resultados reforçaram a importância da formação para uma atuação mais qualificada dos docentes da EJA. No entanto, a análise desta experiência nos fez refletir sobre os limites encontrados no Programa Brasil Alfabetizado e na formação por ele oferecida, impossibilitando a construção de uma didática crítica e reflexiva, capaz de favorecer o processo de ensino e aprendizagem dos jovens e adultos no seu direito de aprender ao longo da vida.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação de Jovens e Adultos. Formação Docente. Programa Brasil Alfabetizado.

### **1 INTRODUÇÃO**

Desde o ano de 2003 o Ministério da Educação (MEC) desenvolve o Programa Brasil Alfabetizado voltado à alfabetização e a Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Esse Programa integra a política de EJA no país, oportunizando o retorno à escola para aquelas pessoas a quem este acesso foi negado.

O referido Programa destina-se a atender a população menos favorecida que são as pessoas que tiveram prejudicado o desenvolvimento econômico, social e cultural ao longo de suas vidas. Muitos deles não frequentaram a escola quando crianças e outros, ainda, tiveram que abandoná-la pela inserção precoce e necessária no mercado de trabalho.

A motivação para o estudo desta problemática surge a partir de minhas inquietações a partir vivência que tive durante um ano e seis meses (2013 – 2014), quando participei desse Programa na qualidade de alfabetizadora. Nesta oportunidade, percebi os desafios da alfabetização e as falhas na execução do Programa, principalmente no que se refere à formação dos alfabetizadores.

Assim, os muitos aspectos que permeiam este Programa ressaltam sua importância e a relevância desta pesquisa. O Programa é mais uma ação induzida pelo MEC/Governo Federal aos estados e municípios, principalmente aqueles com baixo índice de desenvolvimento humano e altas taxas de analfabetismo adulto.

Este trabalho assume o objetivo de refletir sobre a formação oferecida pelo PBA e suas contribuições para a formação dos educadores de EJA, trazendo as discussões sobre a qualidade dessas formações. Para tanto partimos de um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos para situar surgimento e contexto do referido Programa.

Na sequência, discutimos a formação dos educadores da EJA oferecida pelo Programa Brasil Alfabetizado como também os conceitos de formação identificados a partir dos encontros de formação dos educadores, investigando as práticas de sala de aula.

Instigou-nos na elaboração deste trabalho a finalidade entender a contribuição da formação oferecida pelo Programa e, a partir disso, refletimos sobre a distância entre a forma como o Programa foi pensado e o que, de fato, ocorre na realidade cotidiano do mesmo.

Os dados encontrados reforçam a ideia da importância da formação, tanto inicial quanto continuada que, acrescida do acompanhamento dos coordenadores do Programa, permitem o desenvolvimento da prática do alfabetizador de modo a garantir a aprendizagem dos educandos.

Além disso, reafirmam o compromisso e a responsabilidade da Instituição parceira na condução deste processo formativo, uma vez que esta formação deve ocorrer com garantir de participação e qualidade.

Diante disso a nossa pesquisa foi estruturada em uma investigação bibliográfica, através da qual discutimos as ideias de vários autores. Os principais autores que dialogamos foram: SANTOS (2012), FURTADO (2008), MACHADO (2008), PRADA (1995) e CRUZ (2014).

Este estudo só veio a fortalecer o nosso interesse pela Educação de Jovens e Adultos, como também o nosso compromisso em buscar alternativas para a efetivação da formação dos educadores da EJA, como direito a uma educação de qualidade.

## **2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

### **2.1 Traços históricos da Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos tem sua história marcada por fatos e acontecimentos desde o período Jesuíta. No entanto, em nossos estudos, nos deteremos às questões desta modalidade educativa que ocorreram a partir de década de 1930, visto que a partir desta década a EJA ganha importância e reconhecimento histórico. O contexto da década de 1930 exigia que o país se preparasse para fornecer mão de obra para atender as demandas de um mercado em expansão. Por isso a educação ganhava cada vez mais importância.

Sobre isto, PAIVA (1987) afirma que:

A revolução de 30 ocorreu em meio a grande fermentação de ideias e seu programa era da aliança liberal: eleições, nova constituição, busca de soluções racionais para a 'questão social' cuja existência passava a ser reconhecida. No plano de educacional, difusão do ensino técnico-profissional, com meio de preparação de mão-de-obra qualificada para a indústria e o comércio (1987, p.112).

A EJA passa a ganhar lugar e notoriedade quando a constituição de 1934 estabeleceu o Plano Nacional de Educação que assegurava que a educação de adultos era dever do Estado e o ensino primário integral, deveria ser gratuito e de frequência obrigatória para os adultos.

De acordo com a constituição de 34 do capítulo II da educação e cultura o art.148 destaca que: 'cabe à união, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetivos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem com prestar assistência ao trabalhador intelectual. Já no art.149, destacar que educação é direito de todos e deve ser ministrado, pela família e

pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1935).

Nesse sentido fica evidente que a constituição da época favorecia o desenvolvimento das ciências, artes e culturas.

Nesta sequência histórica, retomamos a década de 1940 a qual foi marcada por várias iniciativas no que se refere à questão das políticas públicas e de natureza pedagógica, englobando a Educação de Jovens e Adultos. Desde então, com a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), a criação do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (INEP), o surgimento das obras dedicadas ao Ensino Supletivo e, também, o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), a EJA ganha destaque no cenário político e educacional do Brasil. De acordo com PAIVA (1987, p. 115):

O governo ao, novamente, perceber a educação como um instrumento capaz de formar novos contingentes eleitorais, especialmente se uma grande parcela dos recursos são orientados no sentido da alfabetização da população adulta, assegurando o poder pessoal do governante através de eleições. Em todo período, entretanto, uma característica se mantém constante: o interesse pela educação rural e pelo ensino técnico-profissional, cuja ênfase se explicaria por serem percebidos como o aspecto educacional da estratégia governamental para a solução da 'questão social'.

Com isso percebemos que a educação era utilizada como instrumento para assegurar o poder dos governantes. Infelizmente há de se observar que nem sempre a Educação de Jovens e Adultos esteve a serviço do povo, mas fora veículo de interesses pessoais e eleitoreiros, útil para finalidades diversas, que não a emancipação dos sujeitos aprendentes.

Apesar disto, estas ações foram direcionadas aos objetivos que seria o de acabar com o analfabetismo do país e, nesta direção, os movimentos internacionais influenciados pela UNESCO tiveram influências positivas para a EJA. A UNESCO reconhecia que, o trabalho que tava sendo feito no Brasil, era importante para os jovens e os adultos que estavam fora da sala de aula. Este órgão também

incentivava a criação de outros programas nacionais voltados à educação de adultos que não sabia ler e escrever.

Ainda na década de 1940, em 1946 houve a instalação do Estado Nacional Desenvolvimentista com mudanças referente ao projeto político do Brasil. Dentre estas mudanças destaca-se a alteração do modelo agrícola para o modelo industrial e urbano, com objetivo de que a educação se voltasse para a formação de mão-de-obra qualificada, o que remetia a necessidade de uma população alfabetizada.

No ano de 1947 o MEC promoveu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Com essa campanha o Ministério da Educação traçou duas estratégias para o Plano de Ações Extensivas, com vistas a alfabetizar a população. Isto resultou na criação de outro plano, o Plano de Ação em Profundidade que tinha o intuito de capacitar profissionais para atuação nas comunidades. Com essa campanha do MEC tinha como objetivo principal alfabetizar e aprofundar o trabalho educativo na comunidade.

Já a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) teve como alvo o meio rural e urbano, com os objetivos diversos, obedecendo às diretrizes comuns do sistema. A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) aconteceu no ano de 1952 e estava ligada com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), decorridas no período de 1952 a 1956 tinham o objetivo de promover um desenvolvimento na comunidade rural.

Nos anos 1950 surgiu a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) e, com essa nova etapa, várias discussões surgiram sobre a educação de adultos. Os organizadores dessa campanha julgaram que ação alfabetizadora era insuficiente por dar prioridade à educação de crianças e jovens e, principalmente, por não permitir transformações significativas no contexto social.

Já no ano de 1958, aconteceu o segundo Congresso Nacional de Educação de adultos, com o objetivo de avaliar as ações realizadas na área da educação, visando soluções para as questões apresentadas no neste Congresso. No contexto das problemáticas muitas críticas foram feitas com relação às estruturas dos prédios escolares, a falta de material didático, como também necessidade de qualificar os profissionais que atuavam na área da educação.

Na década de 1930 houve um grande marco na política educacional brasileira, fato que abriu espaço as novas diretrizes econômicas, políticas e

educacionais. A partir dessa década, a educação básica de adultos, começou a ter lugar na história da educação no Brasil. Na época a sociedade passava por grandes transformações no processo de industrialização e concentração da população nos grandes centros urbanos.

Com essa transformação a oferta do ensino básico se entendia no país, acolhendo vários setores da sociedade. Diante deste cenário o governo federal buscava ampliar a educação elementar e traçar diretrizes educacionais para todo país. Com isso o governo passou a determinar que fosse obrigação dos estados e municípios ofertar e garantir uma educação de qualidade para os jovens e adultos.

A partir destes fatos, chegamos à década de 1960, reconhecendo sua importância para a EJA. Neste cenário é preciso reconhecer a contribuição que educador Paulo Freire trouxe para a esta educação. Paulo Freire, na década de 1960, desenvolveu métodos que, inicialmente aplicados na experiência educacional realizada na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, repercutiu e repercute até os dias de hoje no Brasil e no mundo. Diante dessa idéia, a experiência de criação de diversos grupos de cultura popular, criou um rico espaço de experimentação de práticas pedagógicas com intuito de melhorar os ensinamentos dos educadores, visto que, até então, muitas das práticas realizadas não tinham garantido a aprendizagem dos alunos.

Por isso a contribuição do educador Paulo Freire para educação dos jovens e adultos é incontestável, visto que representava, “tecnicamente, uma combinação original das conquistas da teoria da comunicação, da didática contemporânea e da psicologia moderna (PAIVA, 1987, p. 251).

O educador Paulo Freire trouxe novas ideias pedagógicas para as práticas de ensino e para a educação de um modo geral, despertando uma consciência nacional para a Educação de Jovens e Adultos. De acordo com Paiva (1987), “(...) novas oportunidades se ofereceram à sua atividade como educador através do MCP de Pernambuco e suas ideias se desdobraram ao mesmo tempo em que nos elementos surgiam que em sua prática pedagógica e ia esboçando seu método” (PAIVA, 1987, p. 251).

Além disso, as iniciativas do educador Paulo Freire contribuíram para a valorização e o reconhecimento da EJA. No entanto, esta modalidade só passa a ser, formalmente, reconhecida no âmbito da legislação, pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96. Essa lei assegurava aos jovens e adultos o

direito a uma educação de qualidade, pois muitos desses jovens e adultos não tiveram a oportunidade de estudar na infância. Apesar disto a lei é restritiva ao denominar que há uma idade adequada para aprender. Em seu artigo 4º, a LDB descreve que é dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com característica e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidade, trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996, p.2).

Portanto, esses jovens e adultos que não tiveram essa oportunidade de continuar os estudos, por motivos diversos, com essa tiveram reconhecido este direito de acesso e conclusão de seus estudos. Diante disso podemos citar o artigo 37º da LDB que afirma que: A Educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. (BRASIL, 1996, p.15).

Fica claro que os jovens e adultos não tiveram a oportunidade de estudar e de concluir os seus estudos, por questões de oportunidades adequadas: uns por condições de vida precária, outros por precisar trabalhar para poder ajudar a família, enfim, há vários fatores que justificam a ausência deste público em sala de aula. Diante dessas questões cabe ao sistema de ensino, por meio dos entes federados, assegurar este direito que se dá através do acesso, da permanência e da aprendizagem, expressos em padrões de qualidade.

Desde então, esses argumentos remetem a necessidade de que esta educação seja de qualidade, embora, o conjunto destes discursos evidencia a importância de se estabelecer um perfil mais aprofundado do aluno da EJA (Soares, 2007).

No entanto, é preciso na construção deste perfil, compreender a diversidade deste alunado, além de reconhecer a importância de considerar a realidade, a história de vida e as necessidades de aprendizagem deste público.

Retomando nossa perspectiva histórica, retrataremos alguns feitos da Educação de Jovens e Adultos relevantes para podemos entender o processo educacional decorrer desses anos. Nesse consideraremos a revolução de 1930,

contexto de mudanças políticas e econômicas no país, permitido o início da consolidação de um sistema público, ainda que elementar.

A partir do ano 1960 a presença das igrejas, principalmente a Igreja Católica Progressista e os dos movimentos sociais e populares impulsionou as ações da educação e da Educação de Jovens e Adultos. É importante destacar que no ano de 1963, grande parte destas ações e campanhas existentes para a EJA, de caráter governamental, citadas anteriormente, foram extintas.

No entanto, a força que começa a surgir nos movimentos alternativos de educação e da EJA, com o golpe militar que ocorreu no ano de 1964, foram duramente perseguidos e reprimidos. Mas, mesmo assim, no período militar surgiu o Movimento de Educação de Base (MEB), conseguindo realizar suas ações por estar, inicialmente, atrelado ao MEC e a Igreja Católica de matriz progressista. Oficialmente, diante das pressões e falta de recursos financeiros o sistema encerrou suas atividades no ano de 1966<sup>1</sup>.

Na década de 1970 surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF. Esse movimento atuava em sintonia com os interesses do regime militar de 1964, cujo projeto tinha como objetivo acabar o analfabetismo em dez anos. Desde então, após esse período, essa meta era pra ter sido cumprida, só que com Censo de 1980 divulgado pelo IBGE registrou o índice de 25,5%, de pessoas com 15 anos ou mais, que permaneciam analfabetas. Com isso o Programa passou por várias mudanças para poder ampliar suas ações com objetivo de se expandir para o campo, com programas de educação comunitária e educação de crianças.

A partir do ano de 1971, foi implantado o Ensino Supletivo, o qual foi muito importante na história da Educação de Jovens e Adultos do Brasil. A partir dele foram criados os Centros de Estudos Supletivos em todo país, sempre com a proposta que a educação do futuro, para que pudesse atender a população em processo de modernização. Além disso, intencionava escolarizar as pessoas, fazendo uso de poucos recursos, para satisfazer o mercado de trabalho que se tornava cada vez mais excludente e competitivo.

Sendo assim, com o fim dos governos militares, a sociedade brasileira passou por grandes transformações no campo sócio-político, principalmente a partir da retomada do processo de democratização. A Campanha Nacional das eleições diretas,

---

<sup>1</sup> Na Paraíba temos conhecimento de algumas experiências do MEB que permaneceram sendo realizadas, de modo isolado, porém com foco na formação de educadores.

ocorridas na década de 1980 impulsionou o reconhecimento dos direitos das classes populares.

Nos anos de 1985 o Mobral foi totalmente extinto do sistema educacional do país, sendo substituído pela Fundação Educar. Com essa substituição, a redemocratização possibilitou que atividades da EJA fossem ampliadas para que estudantes, educadores e políticos se organizassem em defesa da escola pública e gratuita para todos. Logo em tão veio à aprovação da Constituição de 1988 que trouxe avanços para Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecendo-a como o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito como direito constitucional.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988 o art.214 destacar que:

A lei estabelecerá o plano de educação decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (EC n 59/2009).

I-erradicação do analfabetismo:

II-universalização do atendimento escolar:

III- melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 2012, p.119).

Mesmo assim, a Educação de Jovens e Adultos, nos anos 1990, começou perder espaços na estrutura governamental. Logo, então, no início do governo Collor, a Fundação Educar foi totalmente extinta pelo sistema e, com isso, todos os funcionários que trabalhavam na Fundação Educar foram colocados em disponibilidade, com objetivo de enxugar a máquina administrativa. Isto fez com que com que união se afastasse das atividades da EJA, sendo transferida para a responsabilidade para os Estados e Municípios.

## **2.2 O Programa Brasil Alfabetização: surgimento e contexto**

Os anos 2002 inauguram, no Brasil, com a criação de um novo Programa, o Brasil Alfabetizado. Criado pelo governo federal no segundo semestre do ano de 2003 o Programa surge com objetivo de mobilizar a demanda escolarizável pessoas

jovens e adultos fora da escola, visando acabar com o analfabetismo no país. Com isso, o governo federal juntamente com o Ministério da Educação criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA).

Neste sentido, o governo lançou a proposta de erradicar o analfabetismo em quatro anos e, com isso, o MEC elaborou um programa com objetivo de contribuir com as instituições públicas do país, que incluíam os Estados e os Municípios para, juntamente com as instituições de Ensino Superior e às Organizações Não Governamentais, desenvolverem ações de alfabetização na comunidade sem fins de lucrativos.

Este Programa era direcionado ao desenvolvimento de projetos que abrangiam ações que se destacavam da alfabetização de jovens e adultos e na formação dos alfabetizadores. Depois que foi criado, o programa passou por várias mudanças na área pedagógica, gerencial, administrativa e financeira. Dentre as principais mudanças, no ano de 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Essa secretaria tinha como tarefa reduzir as desigualdades educacionais, entre diversos segmentos da população e, com isso, a mesma articulava o Programa Brasil alfabetizado com o Programa Fazendo Escola, para que houvesse uma iniciativa mais abrangente na questão da alfabetização dos jovens, como também os adultos.

Nesse sentido, muitos estudiosos da EJA criticavam fortemente a atuação do Programa, sendo que a crítica principal residia na duração do Programa que era de, apenas, seis (06) meses. Posteriormente, este período para ampliado para oito (08) meses.

Na condução deste Programa a SECAD atuava junto aos Sistemas de ensino, implantando as políticas educacionais na questão da alfabetização de jovens e adultos. Seu trabalho também abrangia a Educação Ambiental, a Educação Especial, a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena, Quilombola, além da Educação para as relações étnico-raciais.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI<sup>2</sup>) foi criada para contribuir com o desenvolvimento inclusivo do sistema educacional do país. Buscava valorizar as diferenças no

---

<sup>2</sup> No ano de 2011 a SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade passou a ser denominada de SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

contexto educacional, como também o reconhecimento das diversidades como: a Educação Inclusiva, Os Direitos Humanos e as sustentabilidades socioambientais, visando melhorias nas políticas públicas transversais e intersetoriais.

Através deste Programa o governo federal instituiu parcerias que promovessem a mobilização da demanda por alfabetização no país, fortalecendo o debate em torno da qualidade na educação de jovens e adultos do nosso país, bem como em torno da continuidade dos estudos.

Assim, de acordo com documentos do MEC (2001):

Para garantir ao acesso e a permanência dos jovens e adultos nos processos educativos, o programa Brasil alfabetizado se apresenta como uma política que, por ser continuada, visa à continuidade dos estudos dos recém-alfabetizados. Neste sentido, supera o caráter de campanhas comumente associado às iniciativas de alfabetização de jovens e adultos. Adotando uma visão clara de política pública integrada ao esforço educacional do país. (MEC, 2001, p.7).

Considerando o contexto destas discussões, evidenciamos que o Programa Brasil alfabetizado é um Programa cujo alvo as pessoas jovens, adultas e idosas que não freqüentaram a escola ou que estão fora dela, por muitos anos. As secretarias acessam ao Programa a partir da assinatura de um Convênio de adesão que se dá mediante a elaboração de um Plano de Ação de Alfabetização, forma de garantir um melhor aprendizado dos jovens e adultos.

Com relação ao funcionamento do Programa o trabalho caracteriza-se como uma ação voluntária, sendo o mesmo composto por alfabetizadores, coordenadores e tradutores-intérpretes de Libras. Por este motivo, o alfabetizador, juntamente aos coordenadores, recebem uma ajuda de custo em forma de bolsa com duração de oito (08) meses.

Este valor repassado, de acordo com Santos (2012), destina-se ao:

(...) apoio às ações de alfabetização desenvolvidas pelos estados, distritos federais e municípios que se realizam por meio de transferência de recurso financeiro (valor de apoio), contabilizado a partir do número de alunos atendidos a cada etapa. Esse cálculo considera a localização geográfica das turmas (campo-cidade) e financia, em caráter suplementar, aspectos da prática educativa e o pagamento das bolsas-benefícios aos voluntários que atuam como alfabetizadores, com tradutores intérpretes da Língua Brasileira Sinais (LIBRAS) e como coordenadores de turmas (SANTOS, 2012, p.31).

Desde a sua criação o Programa Brasil Alfabetizado vem buscando cumprir o dever do estado frente ao seu papel de garantir a educação como direito de todos.

Com relação aos objetivos do Programa Brasil alfabetizado, destacamos:

a) criar oportunidade de alfabetização a todos os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência no Ensino Fundamental;

b) promover com qualidade o acesso à educação de jovens, adultos e idosos e sua continuidade no processo educativo;

c) mobilizar gestores estaduais e municipais para ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos – EJA;

d) qualificar oferta de alfabetização para jovens, adultos e idosos por meio da implementação de políticas de formação, de distribuição de materiais didáticos e literários, de incentivo à leitura e de financiamento (SECADI/MEC, 2011, p.8).

Estes objetivos apontam para uma única direção: “Promover a superação do analfabetismo entre os jovens de 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do Ensino Fundamental no Brasil. Com isso se ancora na concepção de que é preciso reconhecer a educação como direito humano e que a oferta pública da alfabetização representa a porta de entrada para educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda vida.

Portanto, mediante estas questões, identificamos a responsabilidade das secretarias em elaborar e executar seus próprios planos de ação para que sejam atendidos os objetivos propostos no decorrer do funcionamento do Programa. Nisso podemos destacar também as estratégias ou metodologias do (PBA) que:

1) Estabelecimento de parcerias para o processo educativo, com a interação de todas as esferas governamentais e da sociedade civil, relacionadas com o campo do trabalho, da saúde, do meio ambiente, da segurança pública, da assistência social, da cultura da comunicação, entre outras.

2) Elaboração de um plano de ação de formação que contemple todas as áreas do conhecimento, destacando a importância de perceber as interfaces entre os conhecimentos científicos e os saberes constituídos nas práticas.

3) Elaboração de planos para a análise, discussões e avaliação cognitiva do processo de formação inicial e continuada, visando potencializar o uso da avaliação cognitiva durante o processo de alfabetização.

4) Planejamento participativo, antecedido por diagnóstico, envolvendo os alfabetizadores e coordenadores de turmas em todo processo (MEC/SECAD, 2011, p.12).

Nisso podemos perceber que as estratégias do PBA vem, ao longo do programa, sendo construídas na relação do MEC com a SECADI.

### **3. A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA EJA OFERECIDA PELO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

#### **3.1 Conceitos de Formação do Programa**

A formação dos educadores da EJA tem sido tema de estudos e abordagens diversas no contexto atual. Os estudos que abordam a formação dos educadores que atuam no Programa Brasil Alfabetizado ainda são escassos. Mas, nem por isso, este é um tema de pouca importância.

Estas formações encontram um público bastante diverso, cuja heterogeneidade deve ser considerada neste percurso formativo:

A formação de educadores para EJA é um campo vasto e heterogêneo, com múltiplos sujeitos, com atuações e trajetórias de formação variadas que incluem tanto educadores populares com profissionais do ensino com elevada escolaridade formal. A instituição formadora, ao elaborar a proposta para a formação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas do PBA, deverá considerar a heterogeneidade presente no grupo, sua diversidade de experiências, de histórias de vidas e expectativas (MEC/SECADI, 2011, p.13).

Com isso o MEC destaca que as formações dos educadores da EJA são bem variadas com relação ao perfil dos profissionais que vão atuar em sala de aula de jovens e adultos, fato que nos remete a discussões variadas sobre as necessidades formativas destes profissionais e o alcance desta formação que lhes oferecida.

Segundo SOARES (2008, p.64), “a formação dos educadores tem se inserido na problemática mais ampla da instituição da EJA como um campo pedagógico específico que, desse modo, requer a profissionalização dos seus agentes”. Diante

disso espera-se que as formações dos educadores da EJA possam ter um amplo acesso nas instituições de ensino para a potencialização do trabalho destes educadores/as, na área que irão atuar.

Isto nos leva a perceber que com uma formação de qualidade, principalmente aquela que é oferecida pelas Instituições de Ensino Superior, pode contribuir para a formação dos profissionais da EJA, que possam atuar, inclusive, como educadores do PBA.

Com relação à formação dos educadores da EJA para atuar no Brasil Alfabetizado reconhecemos que esta formação é de extrema relevância, visto que muitos não possuem experiência no trabalho com a EJA e, por vezes, o que lhes é oferecido na formação inicial e continuadas serão os únicos espaços de formação que os mesmos terão.

No programa Brasil Alfabetizado, de acordo com o MEC (2011), a formação deve se dá por meio de um processo da formação inicial e continuada.

A formação inicial deverá possibilitar conhecer concepção e respectivas metodologias para ação alfabetizadora, discutindo conteúdos que subsidiam o preparo para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. Já na formação continuada, embora os conteúdos da formação inicial sejam aprofundados, será importante buscar o aperfeiçoamento da ação alfabetizadora com base na análise das práticas desenvolvidas e nos resultados da avaliação cognitiva (diagnóstica e processual) dos alfabetizandos (MEC/SECADI, 2011, p.14).

A partir dessas formações iniciais e continuadas podemos perceber os ajustes necessários na Proposta de ensino, nos conteúdos e para que os educandos possam adquirir conhecimento e ter um aprendizado de qualidade. Diante dessas questões as diretrizes PBA afirmam que:

A formação deverá ser compreendida e desenvolvida em um processo contínuo, no qual os coordenadores de turmas e os alfabetizadores do PBA participam de uma formação inicial, em período que antecede o início das turmas de alfabetização, e permanecem em processos de formação continuada durante todo o período em que estiverem envolvidos em práticas educativas no âmbito do programa (MEC/SECADI, 2011, p.13).

Dessa forma podemos compreender a importância das formações tanto da inicial quanto continuada para os educadores do PBA. A partir daí fica claro que “a

formação é sempre um processo contínuo, pois se traduz em um fazer que requer uma constante avaliação, análise e reflexão” (MEC/SECADI, 2011, p.13). Com isso podemos destacar a importância de os educadores se auto-avaliarem, com também de analisarem e fazerem uma reflexão sobre sua atuação como educadores.

Com relação a isto, as diretrizes do PBA citam que:

No processo de formação, espera-se que as experiências práticas pedagógicas e culturais vivenciadas pelos alfabetizadores sejam incorporadas com elementos de reflexão sobre ação desenvolvida, possibilitando adequá-la às necessidades e expectativas dos alfabetizandos (MEC/SECADI, 2011, p.13).

Portanto, diante dessa reflexão podemos compreender que a conquista dos alfabetizadores quando estes alcançam seu principal objetivo que é a alfabetização e a escolarização de seus alunos. Entendemos que a formação recebida pelo mesmo tem relação direta com o trabalho didático pedagógico desenvolvido em sala de aula, tanto na sua negação quanto na sua afirmação. A formação crítica é promotora da autonomia dos educadores.

Assim, de acordo com VARGAS e FANTINATO (2011, p. 925):

Nos processos formativos de professores de EJA, questões referentes à dinâmica autonomia/dependência tem sido objeto de constantes debates. Os professores se questionam sobre como combater a baixa autoestima dos alunos, o que conduz a atitudes tão dependentes da educação tradicional. Por outro lado, os docentes se interrogam até que ponto podem exercer sua autonomia criando alternativas que contemplam as especificidades dos seus alunos

Com isso podemos perceber que os educadores de jovens e adultos se confrontam com o constante desafio de criar alternativas para combater a baixa autoestima dos seus alunos, buscar metodologias e linguagens apropriadas, para vencer dificuldades como a baixa autoestima, a evasão e a repetência, cujos fatos têm implicações sérias para o processo de aprendizagem dos alunos.

### **3.2 Encontros de Formação dos Educadores: um olhar sobre a experiência no município de Guarabira/PB**

Apesar de o foco de nossa pesquisa assumir o estudo bibliográfico como percurso metodológico considerará aqui alguns elementos extraídos da experiência que tivemos como alfabetizadora no Programa Brasil Alfabetizado, no período de

2013 e 2014, buscando refletir sobre a relação entre a teoria e a prática efetivada no Programa em questão.

Nos referimos às formações desenvolvidas no PBA, especialmente nos encontros de formação dos educadores da EJA atuantes no Programa Brasil Alfabetizado. A formação inicial foi ministrada pela Coordenação Geral do Programa, juntamente com a equipe da Secretaria Municipal de Educação. Aqui, como análise da experiência que vivenciamos enquanto alfabetizadora, traremos dados da nossa participação no programa desenvolvido no município de Guarabira, de (8) oito meses.

No primeiro encontro 09/12/2013 foram reunidos (24) vinte quatro professores, sendo onze da zona rural e treze da zona urbana, quatro coordenadores pedagógicos e uma coordenadora geral. Esses encontros tiveram a duração de (05) cinco dias com (08) oito horas ao dia, resultando em uma carga horária de 40h.

Nesse sentido os encontros das formações foram realizados nas dependências da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Guarabira, contando com a participação da coordenadora do Programa Brasil Alfabetizado, além de duas professoras responsáveis pela formação. O encontro também serviu para que a Coordenação Geral do Programa transmitisse os informes aos educadores da EJA.

Podemos destacar o que as diretrizes do PBA afirmam que:

Na formação de alfabetizadores e coordenadores de turmas do Programa Brasil Alfabetizado, além da apresentação do PBA, serão abordados as concepções, os fundamentos, os princípios e as estratégias metodologias da alfabetização de jovens e adultos e idosos; as ações de triagem de acuidade visual; aplicação da avaliação cognitiva; a orientação para obtenção do registro civil e outros documentos necessários ao exercício da cidadania e as ações relacionadas ao encaminhamento dos egressos do programa às turmas de EJA (MEC/SECADI, 2011, p.14).

Este deve ser o eixo orientador destas formações. Assim, ao constatamos que os educadores presentes na ocasião, em sua maioria, não têm nenhuma experiência profissional para atuar em sala de aula, principalmente com os jovens e adultos, a atenção a estas orientações torna-se algo urgente.

Diante dessas questões essas formações têm importante contribuição para os educadores que irão atuar como profissionais da educação. Neste sentido, podemos ressaltar que de acordo com a resolução da CNE/CEB nº 1/ 2000 do art.17:

A formação inicial e continuada de profissionais da Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para formação de professores, apoiada em:

I - Ambiente institucional em organização adequada à proposta pedagógica;

II - Investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;

III - Desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e praticas;

IV - utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriadas às situações específicas de aprendizagem (BRASIL, CNE/CEB, 2000, p. 20).

A partir dessas informações que os Conselhos de Educação junto com os Conselhos de Educação Básica, trazem para as formações iniciais, fica claro a importância de se fazer formações inicial, para todos os educadores e, garantir, através dela, as orientações putadas nas novas metodologias e didáticas, como garantia do aprendizado dos alunos em sala de aula.

Na formação em análise, durante os cinco dias de trabalho, foram discutidas várias temáticas como: gêneros, características dos textos instrucionais, fundamentos e objetivos da Matemática na EJA, oficinas de Língua Portuguesa e de Matemática, como também discutiram sobre o planejamento e avaliação.

Sabemos a importância do planejamento na questão de se planejar para que a ação pedagógica seja de qualidade e que possa atender as necessidades do aluno. Essas discussões, porém, presentes na formação dos educadores do PBA contribuíram sua atuação mais critica e consciente. Na direção da qualidade de aprendizagem dos alunos.

Já em outros encontros os educadores, juntos aos seus coordenadores, deram continuidade ao processo de formação continuada: a cada quinze dias os mesmos se encontram para fazer planejamento, estudar os conteúdos, que são passando pelas coordenadoras na formação, como forma de garantia de que o professor tenha segurança ao abordar todos os conteúdos em sala de aula. Esta

tarefa, no entanto, não retirava do professor, a responsabilidade com sua auto formação, principalmente no planejamento de suas aulas.

Com o ato de planejar suas aulas tudo ficavam mais interessantes, mais voltadas para os desejos e necessidades de seus alunos. Além disso, as discussões teóricas metodológicas ocorridas na formação inicial e continuada os educadores podem percorrer trajetórias de aprendizados mais seguros, no decorrer de sua experiência formativa.

### **3.3 A Prática de Sala de Aula**

A prática dos educadores do Programa Brasil Alfabetizado, se inicia logo ao término da formação inicial. Todavia, mesmo reconhecendo a importância dessa formação, esta não garante aos educadores domínio suficiente para sua atuação no Programa, junto aos alunos.

Apesar da vivência de processos formativos novos e diferenciados, ainda prevalecem fortes resquícios de modelos e trajetórias anteriores, que vão se mesclando e redefinindo o perfil deste educador que emerge. Neste sentido, o acompanhamento quando realizado a contexto é um diferencial aos que atuam na educação e, especialmente, na EJA.

Neste sentido, Oliveira e Rosa (2011, p. 09) afirmam que:

O cenário educacional constantemente passa por transformações. No entanto, ainda percebemos a existência de professores que atuam da mesma maneira já por alguns anos, conhecidos no âmbito das escolas como tecnicistas. Eles adotam uma postura em que prevalece a separação entre a teoria e a prática e apresentam maior com o conteúdo previsto no programa.

Por isso, além de participar de programas de formação é preciso que os educadores reconheçam a importância de buscarem o conhecimento necessário a sua auto formação, e de continuar aprimorando sua prática em sala de aula.

De acordo com Peixoto (2006), reconhecidamente, enfatiza-se a importância da aplicação ou da prática do letramento, por parte do professor, e em análise, ainda não finalizada, pode-se destacar alguns passos fundamentais para o desempenho do papel do professor que atue na perspectiva do letramento:

- 1) Investigar as práticas sociais que fazem parte do cotidiano do aluno, adequando-as à sala de aula e aos conteúdos a serem trabalhados;
- 2) Planejar suas ações visando ensinar para que serve a linguagem escrita e como o aluno poderá utilizá-la ;
- 3) Desenvolver no aluno, através da leitura, a interpretação e a produção de diferentes gêneros de textos, habilidades de leitura e escrita que funcionem dentro da sociedade;
- 4) Incentivar o aluno a praticar socialmente a leitura e a escrita, de forma criativa, descobridora, crítica, autônoma e ativa, já que a linguagem é interação e, como tal, requer a participação transformadora dos sujeitos sociais que a utilizam;
- 5) Reconhecimento, por parte do professor, implicando assim o reconhecimento daquilo que o educando já possui de conhecimento empírico, e respeitar, acima de tudo, esse conhecimento;
- 6) Não ser julgativo, mas desenvolver uma metodologia avaliativa com certa sensibilidade, atentando-se para a pluralidade de vozes, a variedade de discursos e de linguagens diferentes;
- 7) Avaliar de forma individual, levando em consideração as peculiaridades de cada indivíduo;
- 8) Trabalhar a percepção de seu próprio valor e promover a autoestima e a alegria de conviver e cooperar;
- 9) Ativar mais do que o intelecto em um ambiente de aprendizagem, ser professor-aprendiz tanto quanto os seus educandos;
- 10) Reconhecer a importância do letramento, e abandonar o método de aprendizado repetitivo, baseado na descontextualização (PEIXOTO, 2006, p. 68-69).

Portanto, fica evidente a importância de por em prática às orientações que os educadores recebem em suas formações. Tudo isto deve melhorar o desempenho de todos profissionais que vão atuar em sala de aula com os jovens e adultos.

Todavia, apesar desta formação, muitas vezes, a prática dos educadores que atuam no Programa Brasil Alfabetizado enfrentam realidades adversas e diferenciadas das questões abordadas na teoria, o que torna mais difícil a tarefa dos educadores desse segmento. Neste caso os profissionais da educação que atuarão com os jovens e adultos precisam favorecer o processo de emancipação, cuja

interferência deve inquirir as mudanças necessárias na realidade de vida destes alunos.

Segundo Peixoto (2006, p. 67):

o profissional de educação deve ser capaz de fazer sua interferência na realidade, o que certamente, gerará novos conhecimentos, e isto, é bem mais elevado do que simplesmente se enquadrar na mesma. Já mencionamos por várias vezes que se faz necessária pode ser proporcionada por ele.

Nesse sentido podemos analisar a importância dos profissionais da educação, considerando, principalmente, os da área da EJA, no sentido de buscarem o conhecimento e aprimorarem suas práticas educacionais.

### **3.4 Distâncias entre o pensado e o ocorrido da realidade do Programa**

As distâncias que apresentam entre o pensado no Programa Brasil Alfabetizado em confronto com a realidade atual, torna necessário e urgente constituir melhorias no PBA, principalmente na formação inicial e continuada. É preciso superar a visão de que jovens e adultos requer do professor, apenas e unicamente, o domínio das técnicas e métodos de ensino.

Para Silva (2013, p. 18):

embora pareça simples essa forma de ensinar, muitos educadores desconfiaram de que essa forma técnica não era suficiente para uma boa alfabetização. Buscaram novos caminhos, alguns se concentrando muito mais leituras isoladas das letras, outros muitos mais nas palavras e frases inteiras, havendo quem politizasse o ato da leitura.

Neste sentido é preciso que os educadores do PBA busquem caminhos para alfabetizar os seus alunos no decorrer do Programa, como também adequar as várias metodologias de ensino para poder desenvolver o seu trabalho e alcançar os seus objetivos.

Diante disso podemos perceber que os trabalhos desenvolvidos pelos educadores da EJA, vêm sendo realizados no Programa, porém é preciso garantir o controle social e acompanhamento de investimento com orçamento público.

O Programa não pode ser visto como mais um, entre tantos, ou mesmo, como mais uma bolsa a ser destinada a partir de interesses partidários e eleitoreiros.

## REFLEXÕES CONCLUSIVAS

No presente trabalho buscou-se analisar as formações dos educadores da Educação de Jovens e Adultos do Programa Brasil Alfabetizado e, com isso, compreender a importância das formações dos educadores no contexto histórico e social.

Sendo assim, no decorrer do processo das discussões sobre a questão da formação dos educadores, observávamos que, mesmo reconhecendo a importância destas formações oferecidas pelo Programa, esta por si só, não se traduz em garantia de domínios dos educadores sobre o universo da EJA, como também, não resulta aprendizagem de todos os educandos. É preciso que estes educadores se reconheçam como aprendentes, afim de que de buscarem o conhecimentos necessário para sua auto formação e, com isso, possam atuar de modo a favorecer a aprendizagem de todos os alunos.

Contudo, estas discussões contribuem para reforçar a importância das formações inicial e continuada no Programa Brasil alfabetizado, assim como dos espaços do planejamento e do acompanhamento, pelas coordenadoras, do trabalho desenvolvido em sala de aula.

Neste sentido, Vasconcelos (2008) afirma que:

O planejamento, enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórico-metodológica para a ação, que, em função de tal mediação, passa a ser consciente e toma intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona fazer acontecer, concretizar e, para isto, é necessário amarrar, condicionar, estabelecer as condições objetivas e subjetivas (VASCONCELLOS, 2008, p.79).

Dessa forma, ressalta-se a grande importância de se planejar, considerando que o planejamento também é um lugar de aprendizagens significativas e de avaliação e redirecionamento do trabalho educativo.

Por estes motivos, consideramos importante discutir sobre a formação dos educadores do Programa Brasil Alfabetizado e de perceber a importância deste tema para uma educação de qualidade quando se fala de Jovens e Adultos do Programa Brasil Alfabetizado.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; Leal, Telma Veraz. *Alfabetização de jovens e adultos e uma perspectiva de letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ARRAYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BATISTA, Miriam Mota dos Santos; BERGER, Rosa Charilli. *A contribuição da Educação de Jovens e Adultos e seus mecanismos para promoção e acesso à plena cidadania*. 2006. Disponível em: [www.web.artigos.com](http://www.web.artigos.com). Acesso: em 03 de junho de 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1998*. Brasília: câmara dos deputados, centro de documentação e informação edições câmara, Brasília. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Básica. *Resolução nº 01 de 05 julho de 2000b*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de jovens e adultos. Disponível em: <http://www.cne.gov.br>. Acesso em: 28 de out.2008 obs. Acesso em: 15 de junho de 2015.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 16 de Julho de 1934.

CARLOS, Fontes. Navegando na educação - Formação Continuada de Professores Últimas Décadas. Disponível em: [www.educar.no](http://www.educar.no) sappt/ Acesso em: 15 de junho de 2015.

COLAVILTO, Nathalia Behan Aparecida; ARRUDA, Luvizotto Medena Martins. *Saberes da Educação de Jovens e Adultos (EJA): A importância da Alfabetização*. Volume 05, Nº 1, 2014.

CRUZ, Maria Dalva da Silva. *Contribuições do planejamento educacional para o processo de ensino e aprendizagem no Programa Brasil Alfabetizado*. Guarabira, 2014 (Monografia/UEPB).

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista ou de como deixa sem ler e escrever desde as catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônia e Grácias até os Severinos*, 2. Ed.Rev. Aumentada. São Paulo: Cortez; 1993.

FURTADO, Quézia Vila Flor. *Jovens na Educação de Jovens e Adultos: Produção do fracasso no processo de escolarização*. João Pessoa: UFPB, 2008.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira, DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007.

JILSON, Costa da Silva. *Impossibilidades e limites da formação dos professores Alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado: o caso do pólo de Santana do Ipanema (UNEAL)*. Co-autor(a); Divanir Maria de Lima (UNEAL). Disponível em: WWW.ddmd2.webfactional.com Acesso em: 14 de junho de 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão Escolar: teoria e prática*. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MACHADO, Maria Margarida. *Formação de educadores de jovens e adultos*. Brasília; mimeo, 2008.

MELO, Gilberto Fraga. *Prática e saberes docentes em discussão*. Cuibá, 2010. Disponível em: [www.201.65.242.140/upload/arquivo/praticas%20docentes.pdf](http://www.201.65.242.140/upload/arquivo/praticas%20docentes.pdf). Acesso em: 20 de junho de 2015.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Princípios, diretrizes, estratégias e ações de Apoio ao programa Brasil Alfabetizado: elementos para a formação de coordenadores de turmas e de alfabetizadores*. Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Bianca Claudiano; Rosa Flávia Silva Araújo: *um novo olhar para a prática docente*. Uberaba, 2011. Disponível em: [www.cnsd.com.br/artigos](http://www.cnsd.com.br/artigos). Acesso em 20 de junho de 2015.

PRADA, Luiz Eduardo Alvorada. *A formação em serviço de docentes de adultos: Pós-alfabetização*. Campinas, 1995.132p. (tese de doutorado)- faculdade de educação, universidade Estadual de Campina.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

PEIXOTO, Cyntia Santuchi: adaptação do texto: letramento você pratica?, 2006. Disponível em: [www.filologia.org.br/viiiicnlf/anaiscader09-06hotm](http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anaiscader09-06hotm). Acesso em: 15.08.2015.

RIBAS, Marciele Stiegler, SOARES, Solange Toldo. *Formação de professores para atuar na educação de jovens e Adultos: uma reflexão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática docente*, 2012. Disponível em: [www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/anpedsul](http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/anpedsul). Acesso em 13 de junho de 2012.

SANTOS, Patrícia Fernandes Costa. *Programa Brasil Alfabetizado: impacto para as políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos em municípios do sertão paraibano*. João Pessoa, 2012 (Dissertação/UFPB).

SONIA, Maria de Vargas; FANTINADO, Maria Cecília de Castelo Branco. *Formação dos professores da educação de jovens e adultos: diversidades, diálogo, autonomia*. *Revista diálogo educa*. Curitiba, vv.11, nº 34, p. 915-931, set/dez 2011.

SAUL, Ana Maria: uma prática docente inspirada no “jeito de ser docente” de Paulo Freire: São Paulo pontifícia universidade católica São Paulo: 2012, nº 12. Consol Aguilar universitat jaume I. Castelo editora. Disponível em [www.rizoma-freiriano.org/index.php/v](http://www.rizoma-freiriano.org/index.php/v). Acesso em: 20 de junho de 2015.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico-elementos metodológicos para elaboração e realização*. 18. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2008.